

INTERDISCIPLINARIDADE NA BNCC: QUAIS PERSPECTIVAS?

*Juliana Gouvêa Mittitier
IFSP Campus Araraquara
julianamittitier@gmail.com*

*Bárbara Negrini Lourençon
IFSP Campus Araraquara
barbara.negrini@ifsp.edu.br*

Resumo:

Este trabalho busca identificar de que forma a interdisciplinaridade é contemplada nos quadros de conteúdos e de objetivos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, pauta-se em estudo documental e bibliográfico a fim de verificar se este aspecto bastante destacado em outros documentos norteadores do currículo no Brasil manteve-se presente na discussão da versão final da BNCC ao que se refere à proposta pedagógica de forma transversal e integradora. Como resultado preliminar, a comparação entre versões do documento aponta mudanças no que tange à finalidade da educação, que tem sua esfera de direito substituída por competência. É nesse sentido que se questiona a permanência da interdisciplinaridade no documento uma vez que essa desenvolve papel central como articuladora do processo de ensino e de aprendizagem a fim de superar a fragmentação dos conteúdos e dos currículos.

Palavras-chave: BNCC; Interdisciplinaridade; Currículo.

1. Introdução

Considerando a diversidade econômica, social e cultural do Brasil, a indicação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide opiniões uma vez que se discute a pertinência frente ao risco de homogeneizar características antes essenciais para uma aprendizagem contextualizada e significativa. O Documento estabelece temas curriculares obrigatórios em todas as redes educacionais de ensino básico do país. Então cabe a reflexão sobre quais são as possibilidades dessa Base.

É necessário que ao ler tal documento, as redes de ensino possam encontrar referências para o próprio trabalho. Essa perspectiva de que os sistemas de ensino devem nortear seus trabalhos tomando como referência documentos como a BNCC, porém sem ferir sua autonomia, é explicitada no próprio documento, quando se refere à abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida local e global. Nesse caso, destaca-se a proposta pedagógica de forma transversal e integradora. Esta, inclusive é citada em um dos dez planos de ação para a aprendizagem:



Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2017, p.12).

Segundo Morin (2005), o saber fragmentado que nós levamos no corpo, encontra hoje realidades e problemas, questões transversais, planetárias e globais. Questões essas com uma instabilidade geral unida a incapacidade de resolver. Logo, podemos nos questionar: se o problema se apresenta de forma universal e o aluno possui o conhecimento fragmentado, como lidará com esse problema? O ser humano se sente pessoa, com o corpo completo de saberes, ou pedaços colados? Pois ao se deparar com um problema global, ele não sabe a que pedaço recorrer. É na medida em que a interdisciplinaridade se produz como atitude que pode colaborar como articuladora do processo de ensino e de aprendizagem.

Passa-se de uma relação pedagógica baseada na transmissão do saber de uma disciplina ou matéria, que se estabelece segundo um modelo hierárquico linear, a uma relação pedagógica dialógica na qual a posição de um é a posição de todos. Nesses termos, o professor passa a ser o atuante, o crítico, o animador por excelência (FAZENDA, 1979, p.48-49).

Assim como apontado por Fazenda (1979), Thiesen (2008, p.551), também ressalta o caráter dialógico nessa relação de ensino e aprendizagem necessária à problematização do conhecimento. Este último, ao recorrer aos apontamentos de Paulo Freire, destaca a interdisciplinaridade enquanto processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Busca-se sua expressão pela caracterização de dois movimentos dialéticos: a problematização da situação, pela qual se desvela a realidade, e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada.

Vale retomar aqui o documento central desse trabalho, a BNCC, a fim de ilustrar um dos poucos momentos em que se verifica a interdisciplinaridade como princípio metodológico. Na unidade temática *Números*, presente no componente curricular Matemática, considera-se o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos - rentabilidade, juros, inflação e liquidez de um investimento. Esta é a única vez em todo o documento que questões deste tipo, que promovem o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, aparecem como possível contexto para ampliar e aprofundar conceitos: “Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões

culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro” (BRASIL, 2017, p.225).

2. Revisão Bibliográfica

A interdisciplinaridade é um fator de extrema importância para superar a fragmentação dos conteúdos e dos currículos não só na escola, mas no entendimento do conhecimento como um todo. Tal temática tem sido estudada por diferentes expoentes e este trabalho tem aporte nos estudos de Fazenda (1979), que aponta a interdisciplinaridade como articuladora no processo de ensino aprendizagem na medida em que se produz como ação conjunta, de atitude em sala de aula; nos apontamentos de Morin (2005), entendendo-a como modo de pensar; e de Japiassu (1976), que a coloca como eixo fundamental na organização curricular.

Para analisar a BNCC nos referenciamos no olhar de Japiassu (1976) de que as disciplinas, em seu processo constante e desejável de interpenetração, se fecundem cada vez mais reciprocamente. E que para tal, é imprescindível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas pedagógicas das disciplinas.

3. Metodologia

Este trabalho de caráter documental e bibliográfico toma como material para discussão alguns recortes do documento “Base Nacional Curricular Comum”, analisando de que forma o documento aponta a importância da articulação interdisciplinar, assim como “Estudo Comparativo entre Versão 2 e a Versão Final” ao que se refere à proposta pedagógica e forma transversal e integradora nos quadros de conteúdos e objetivos de aprendizagem. Tem ainda como foco a compreensão de como a interdisciplinaridade é entendida nesse documento referência para o currículo oficial brasileiro. Para tanto, pauta-se nos estudos de Fazenda (1979), Japiassu (1976), Morin (2005) e Freitas (2017).

4. Resultados Preliminares

Tomando como material de análise também o documento disponível no site do MEC, Estudo Comparativo entre a Versão 2 e Versão Final, observa-se o seguinte recorte, à p.7, como se verifica na figura1:

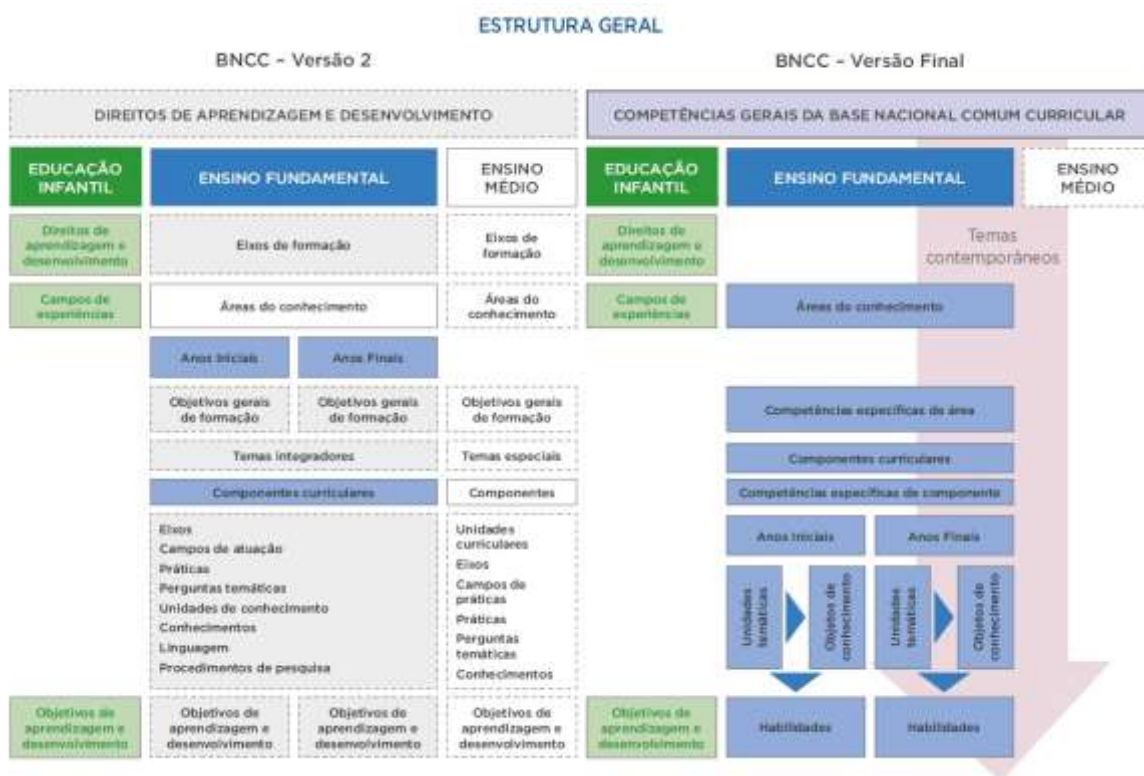


Figura 1: Estudo Comparativo entre a Versão 2 e a Versão Final - Brasil, 2017.

A comparação entre as versões do documento aponta mudanças no que tange à finalidade da educação, que tem sua esfera de direitos de aprendizagem e desenvolvimento substituída por competências gerais. Além disso, não se pode deixar de notar que o item Temas Integradores, presente na Versão 2, possibilitava a articulação entre os eixos disciplinares e as outras áreas do conhecimento. Já a Versão Final menciona que cabe aos sistemas de ensino incorporar aos currículos temas contemporâneos de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/199012), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199713), preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/199914), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200915), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200316), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), entre outros. Estariam contemplados nesses textos legais os Temas

Integradores propostos nas versões discutidas junto à sociedade civil em versões anteriores do documento?

5. Considerações Finais

Segundo Freitas (2017), deve haver uma BNCC que seja referência para o país, produto de sua visão de nação diversa, o que é muito diferente de fazer um “catálogo” de competências e habilidades, como se pode verificar na versão final do documento.

Na BNCC, as temáticas contempladas em habilidades de todos os componentes curriculares couberam aos sistemas de ensino e escolas, porém, o processo, o método, não foi tratado no documento. Nesse cenário instaurou-se a preocupação do presente trabalho, uma vez que os preceitos de interdisciplinaridade presentes em documentos norteadores do currículo até então vigentes no país traziam a relevância desse princípio para a prática pedagógica e a construção do conhecimento. Com os temas integradores subsumidos do documento analisado, as perspectivas para a aprendizagem interdisciplinar parecem ter tomado proporção ainda menor. As implicações desse fato precisam ser questionadas e estudadas.

6. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum: documento preliminar. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf Acesso em maio. 2017

FAZENDA, Ivani Catarina. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.

FREITAS, Luis Carlos. Avaliação Educacional- Blog do Freitas. Disponível em:

<https://avaliacaoeducacional.com/author/freitaslc/> Acesso em maio. 2017

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem. IN: **Revista Brasileira de Educação**. V.13, n. 39, set/dez. 2008.